COMPROMISSOS PARA O TRABALHO EM

# SERGIPE

2023-2026

COMPROMISSOS PARA O TRABALHO EM

# SERGIPE

2023-2026





## **Apresentação**

Cheguei em Sergipe aos 8 anos de idade. Meus pais buscavam um lugar que proporcionasse melhor qualidade de vida para criar seus filhos. Aqui cresci, me formei e construí uma família ao lado de Helga. Sergipe me deu tudo que tenho e a melhor forma de retribuir é com muito trabalho para que todo sergipano e toda a sergipana tenham o que meus pais um dia sonharam garantir com a vinda para esta terra: qualidade de vida!

Este não é mais um Plano de Governo. Um plano é estático e definitivo. Apresento aqui diretrizes para os 04 anos de trabalho da nossa futura gestão. A partir delas, construiremos, de forma participativa, programas, projetos e ações que serão implementadas com a participação de todos os atores da sociedade: empresários, organizações não governamentais, academia, gestores municipais e cidadãos.

As diretrizes aqui apresentadas, na forma de compromissos, foram sendo elaboradas ao longo dos últimos 3 anos e meio. Em 2019 realizamos um amplo processo de diagnóstico e escuta que chamamos de Sua Voz no Senado. Neste ano, realizamos, em parceria com os parlamentares do nosso grupo político, entrevistas com mais de 3.500 pessoas de todos os municípios de Sergipe. Um grupo de especialistas e lideranças de Sergipe e de outros estados do Brasil se debruçou neste conteúdo e juntos chegamos a esta versão deste documento.

Mas esta não é a versão final. Durante as próximas semanas este documento estará aberto para análise de toda a sociedade sergipana porque a política que acredito, e irei implementar, é alicerçada na construção coletiva, baseada em dados e evidências e com a formalização de compromissos.

Sergipe é o menor estado da federação, mas é também aquele que tem o maior potencial de crescimento. Uma jóia rara, com rica biodiversidade, belezas naturais e principalmente, um povo guerreiro, dedicado e empenhado em trabalhar sempre da melhor forma possível. Temos um enorme potencial de crescimento e estou certo de que com uma gestão eficiente, técnica, transparente e participativa iremos, em 04 anos, mudar completamente os rumos deste Estado.

Esperançar é uma virtude. Nos dá confiança de que coisas boas irão acontecer. Eu tenho esperança na mudança. E essa convicção está baseada na certeza de que juntos, com muito trabalho e honestidade, conseguiremos libertar Sergipe de todas as amarras que impediram o seu desenvolvimento nestes últimos 20 anos.

Aproveito para agradecer a todas as pessoas que ao longo destes anos se dedicaram no processo de diagnóstico e agora de co-construção deste documento. Convido você a ler e contribuir. Somente com a colaboração de todos os sergipanos, começando pela sua, iremos mudar Sergipe.

## Sumário

1. Gestão Pública Eficiente	5
1.1 Gestão e Planejamento	6
1.2 Finanças	7
1.3 Controle, Transparência e Participação	8
2. Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade	10
2.1 Geração de Emprego	11
2.2 Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca	12
2.3 Turismo e Eventos	14
2.4 Cultura e Economia Criativa	15
2.5 Tecnologia e Inovação	17
2.6 Polos Industriais Sustentáveis	19
2.7 Infraestrutura e Transporte	20
2.8 Atração de Investimentos	21
2.9 Melhoria do Ambiente de Negócios	21
2.10 Sustentabilidade, Urbanismo e Restauração Ambiental	22
3. Desenvolvimento Social e Qualidade de Vida	24
3.1 Educação	25
3.2 Saúde	28
3.3 Habitação	30
3.4 Inclusão, Equidade e Cidadania	30
3.5 Segurança Pública	32
3.6 Esporte e Lazer	33
3.7 Proteção Animal	34



## 1. Gestão Pública Eficiente

Sergipe vive um declínio no seu desenvolvimento figurando dentre as piores unidades da federação do Brasil nos mais diversos índices que medem a execução de políticas públicas. A precariedade da segurança pública, aliada à completa ineficiência dos serviços de saúde e às baixas notas e alto custo da educação, criam um cenário que penaliza o contribuinte e não entrega à população os serviços básicos com a qualidade necessária.

Propomos um Estado eficiente, utilizando a tecnologia e modernas ferramentas de gestão, transparência e controle, para dar as respostas necessárias aos problemas da população.

Em termos de estrutura, temos uma máquina pública visivelmente hipertrofiada, com a superposição de objetivos entre as secretarias e órgãos da administração indireta.

A fim de buscar uma maior integração da gestão pública com a população, serão estabelecidos espaços de escuta e canais claros de efetiva participação.



#### 1.1 Gestão e Planejamento

Não existe serviço público de qualidade sem que a administração do Estado seja eficiente, eficaz e focada em resultados na sua prática cotidiana. É preciso despolitizar a prestação de serviços, ter um planejamento estratégico coerente com indicadores e métricas estabelecidos e implantar mecanismos de fiscalização e controle que garantam a qualidade das entregas e a otimização do gasto público. A gestão pública em nosso Estado deverá adotar critérios técnicos com embasamento em dados e evidências para solucionar os problemas e melhorar a vida das pessoas efetivamente.

- Constituir um Conselho de Administração no primeiro mês de gestão;
- Criar a Secretaria Estadual de Articulação Municipal no primeiro mês de gestão;
- Formar um secretariado técnico e qualificado com equidade de gênero;
- Garantir diversidade nas posições de poder;
- Implantar o **Sistema de Modernização da Gestão** e informatização de processos em todos os órgãos da administração direta e indireta no primeiro semestre de gestão;
- Garantir a valorização e capacitação dos servidores para prestação de serviço de excelência, estimulando o diálogo permanente;
- Implementar uma **gestão por resultados** em toda a administração;
- Revisar a estrutura de cargos e salários no primeiro trimestre de gestão;
- Estabelecer a política de **bonificação por resultado**;
- Estabelecer a política de contratação de comissionados por processo seletivo;
- Estabelecer diretrizes para a melhoria da qualidade do serviço público;
- Ampliar em 100% o acesso aos serviços públicos no primeiro ano de gestão;
- Estabelecer diretrizes para a redução dos prazos no atendimento às demandas da população através da implantação de um canal centralizado;
- Desenvolver e fortalecer a cultura do planejamento, integrando transversalmente os diferentes setores do governo, assegurando um desenvolvimento sustentável e participativo no Estado;
- Realizar um **planejamento participativo efetivo** para o Estado, construindo uma visão realista, com ações de curto, médio e longo prazos
- Implementar o **Programa de Monitoramento e Mensuração de Resultado** com divulgação mensal via Observatório e ativação no primeiro trimestre de gestão;
- Disponibilizar, no primeiro mês de gestão, o planejamento em ferramenta digital com acesso público e atualização periódica para acompanhamento e validação popular;
- Implementar, no primeiro trimestre de gestão, o sistema de avaliação digital de todos os serviços ofertados pelo Estado;
- Criar a **Central de Interpretação de Libras** com o objetivo de estabelecer a comunicação inclusiva em todos os órgãos e equipamentos públicos do estado;
- Implementar, no primeiro trimestre de gestão, um canal para envio de projetos, visando atração e captação de recursos públicos e privados, de modo a potencializar o desenvolvimento do Estado;



- Promover a **cooperação e parceria** com os Estados vizinhos;
- Promover e estabelecer uma política de cooperação permanente com a academia;
- Otimizar o uso dos prédios e espaços públicos, com revisão de aluguéis desnecessários para o funcionamento de órgãos públicos e venda de prédios e espaços que não possam ser utilizados.

#### 1.2 Finanças

Apesar do gigantesco potencial econômico e consequente potencial de arrecadação de nosso Estado, o Governo não tem sido capaz de explorá-los em sua plenitude. O orçamento do Estado se transformou em uma peça de ficção totalmente descolada da realidade, fazendo com que o Governo não seja capaz de prover serviços públicos de forma adequada e muito menos de realizar os investimentos necessários. Com um orçamento descolado da realidade, o Governo do Estado contribui com o aumento do desemprego e a redução da atividade econômica em nosso Estado. É urgente aumentar a capacidade de investimentos do Governo do Estado com recursos próprios, que hoje está bem aquém do seu potencial e captar recursos externos, buscando fazer frente à perda de arrecadação própria em decorrência da pandemia do Coronavírus e da crise econômica ocasionada pelo conflito entre Ucrânia e Rússia.

#### **Nossos compromissos:**

- Reduzir o déficit público gradualmente;
- Retomar a responsabilidade fiscal;
- Renegociar a dívida pública junto à União;
- Elaborar, anualmente, um orçamento público realista via processo participativo;
- Otimizar o gasto público:
  - o Reduzir o crescimento da despesa primária, diminuindo o gasto de custeio da máquina pública;
  - o Estabelecer uma âncora fiscal;
  - o Revisar, no primeiro mês de gestão, a estrutura organizacional da Administração Pública, eliminando sobreposição de funções e órgãos;
  - o Revisar, ao longo do primeiro trimestre de gestão, contratos e formas de contratação.

#### • Elevar as receitas do Estado:

- Criar, ao longo do primeiro semestre de gestão, programas de incentivo fiscal a partir de um grupo multidisciplinar envolvendo atores do setor público e do setor privado;
- o Harmonizar e simplificar as normas tributárias no primeiro ano de gestão;
- o Otimizar a arrecadação do Estado, sem a elevação de tributos;
- o Promover a recuperação da dívida de pessoas físicas e jurídicas com o fisco estadual;
- o Aumentar a fiscalização com uso da tecnologia;
- o Implementar um sistema de gestão eficiente do patrimônio público.



#### 1.3 Controle, Transparência e Participação

O Governo do Estado está em 25° lugar, dentre os 27 avaliados, no Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) divulgado recentemente pela Transparência Brasil. Isso significa que Sergipe não possui plataformas ou regulamentação de normas consideradas essenciais para a promoção da integridade e transparência. Há pouquíssima transparência nas áreas orçamentária e de governança e o acompanhamento do uso de recursos públicos e execução de obras é ínfimo. O Estado não divulga em formato aberto e completo dados fundamentais sobre recursos públicos, o que reduz a possibilidade de participação e informação dos cidadãos e sociedade civil, dificultando o combate à corrupção. Esse cenário colabora para uma relação de desconfiança entre agentes públicos e sociedade, em um Governo reconhecido pela falta de abertura para o diálogo inclusive com os próprios servidores públicos.

- Prevenir e reprimir a corrupção em qualquer nível e espaço da gestão pública estadual;
- Fortalecer a participação popular e o controle social;
- Criar, no primeiro trimestre de gestão, o Programa de Proteção ao Denunciante de Boa-Fé ("whistleblower"), com canais para denúncias, garantia da preservação da identidade do denunciante e proteção contra retaliações.
- Regulamentar, no ano de gestão, a publicidade sobre as atividades de lobby no Estado, prevendo o registro público das interações entre agentes de representação de interesses e autoridades públicas por meio de um formulário eletrônico de agendamento de audiências;
- Implantar, no primeiro trimestre de gestão, um Programa de Compliance em todos os órgãos da gestão pública direta e indireta;
- Tornar obrigatória, no primeiro trimestre de gestão, a implementação de Programa de Compliance nas empresas que celebrarem contratos de grande porte com a Administração Pública sergipana;
- Tornar público, no primeiro trimestre de gestão, por meio do Portal de Transparência, informações sobre emendas parlamentares estaduais, acompanhamento de obras públicas, incentivos fiscais, concessões de crédito e financiamentos, notas fiscais eletrônicas e registros públicos de empresas;
- Incentivar o uso do Portal de Transparência pela população e sociedade civil, garantindo que todos os dados estejam atualizados e em formato de dados abertos, além de melhorar a funcionalidade e acessibilidade por meio de indicadores e visualização dos dados e oferecer capacitação e cartilhas online;
- Implementar, no primeiro trimestre de gestão, um Plano de Auditorias Internas periódicas;



- Revisar, ao longo do primeiro trimestre de gestão, os contratos e formas de contratação garantindo, desde o edital, a transparência acerca de elementos-chave antes do contrato ser firmado, como a modalidade de licitação, duração prevista do contrato, e critérios de julgamento e habilitação;
- Criar, no primeiro trimestre de gestão, códigos de conduta e programas de capacitação específicos para os agentes de compras públicas como parte da estratégia anticorrupção;
- Reestruturar, no primeiro semestre de gestão, a Superintendência Geral de Compras Centralizadas (SGCC) com a implantação de um núcleo da PGE visando agilizar a tramitação de processos;
- Fortalecer o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil de Sergipe;
- Instituir, no primeiro ano de gestão, um "Prêmio de Integridade" destinado a agraciar lideranças e entidades que se destacaram na promoção da cultura da integridade no estado, mediante iniciativas para promover a transparência e combate à corrupção.
- Implementar, no primeiro semestre de gestão, sistema de transparência para a publicação das listas de espera de serviços do Governo do Estado;
- Criar, no primeiro mês de gestão, o CONDESE Conselho de Desenvolvimento
   Econômico e Social, composto por representantes das organizações da sociedade civil, empresários e sindicatos;
- Melhorar os canais de atendimento à população garantindo atenção, cuidado e retorno às demandas.



## 2. Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade

A pandemia escancarou as desigualdades sociais em Sergipe, deixando milhares de cidadãos sergipanos desempregados e vivendo em situação de pobreza e miséria. Para reverter este cenário é preciso fazer o que nunca foi feito pela gestão estadual: investir no desenvolvimento e na dinamização da nossa economia. A população quer oportunidade, empregos de qualidade e os empresários querem apoio e condições para crescer e colaborar com o desenvolvimento de nosso Estado.

O agravamento da situação socioeconômica do Estado empurrou muitos sergipanos para a informalidade. Atualmente, os informais batalham pelo seu sustento desamparados pelo poder público estadual. A atual gestão não possui política pública efetiva que tenha como foco essa parcela da população, não há linhas de crédito, não há oportunidades de qualificação, nem ações do Governo do Estado que atuem na formalização tanto de trabalhadores como de empreendedores.

Num estado com uma economia baseada numa mão de obra de baixa qualificação e produtividade, investir na formação é essencial, mas não suficiente. A economia simples e sem dinamicidade de Sergipe precisa ser completamente transformada para que tenhamos capacidade de competição e geração de oportunidades.



#### 2.1 Geração de Emprego

Apesar dos recentes avanços, de acordo com dados do IBGE, Sergipe ainda possui a 4ª maior taxa de desemprego e a 6ª maior taxa de informalidade do país. Isso gera precarização do trabalho, perda de arrecadação ao Estado, concorrência desleal e piora na qualidade nos produtos e serviços oferecidos à população sergipana. Cientes disso, pretendemos dinamizar o mercado de trabalho sergipano não só favorecendo a formalização dos microempreendedores individuais como viabilizando a geração de empregos de qualidade para a população sergipana, inclusive para os jovens que buscam se incluírem no processo produtivo. A qualificação dos empreendedores e dos trabalhadores para suprirem as necessidades do mercado é essencial para o aumento do dinamismo da economia. O papel do estado é intermediar essa convergência e é isso que faremos.

- Gerar 100 mil postos de trabalho (incluindo microempreendedores individuais) ao longo dos quatro anos de gestão;
- Realizar, ao longo do primeiro trimestre de gestão, diagnóstico dos cargos públicos e planejar a realização periódica de concursos públicos;
- Reestruturar, ao longo do primeiro trimestre de gestão, os Núcleos de Apoio ao Trabalhador (NAT) e implantar unidades nos 20 maiores municípios bem como unidades regionais objetivando:
  - Cadastrar, ao longo do primeiro semestre de gestão, toda a mão de obra desempregada ou os que buscam o primeiro emprego;
  - Fazer, ao longo do primeiro trimestre de gestão, o levantamento junto aos setores produtivos do município e região das suas necessidades de pessoal e quais as competências que essas pessoas devem ter;
  - Capacitar a mão de obra desempregada ou que buscam o primeiro emprego de acordo com a necessidade dos setores produtivos;
  - o Fazer a intermediação das contratações;
  - Capacitar trabalhadores em parceria com outros órgãos que já fazem formação de mão de obra, a exemplo dos SESI e SENAI;
  - Capacitar os microempreendedores individuais e os profissionais autônomos em parceria com o SEBRAE.
- Criar, no primeiro semestre de gestão, uma linha de crédito para microempreendedores individuais e profissionais autônomos com fundo de aval para a compra de equipamentos e insumos que tenham projetos validados por parceiros;
- Criar, no primeiro semestre de gestão, frentes de trabalho emergenciais focadas em garantir a oferta de trabalho para cidadãos em situação de vulnerabilidade social;



- Implantar, no primeiro semestre de gestão mutirões de emprego, envolvendo a capacitação dos desempregados, elaboração de currículos e mediação de entrevistas de emprego;
- Criar o "Empreenda-SE", programa com atuação descentralizada em polos regionais com o objetivo de fortalecer as vocações de cada região e promover a integração entre os diversos atores para impulsionar o desenvolvimento de novos microempreendimentos;
- Criar o Programa Impulso para a inserção de jovens estudantes dos últimos anos do ensino médio e dos primeiros anos das escolas técnicas e do ensino superior sejam inseridos no mercado de trabalho;
- Criar o Programa Ativa Idade para incentivar a contratação de indivíduos acima de 60 anos;
- Criar creches gratuitas para crianças menores de 05 anos filhas de trabalhadoras e trabalhadores que não possuam rede de apoio;

#### 2.2 Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca

Apesar de representarem formalmente pouco mais de 5% do PIB estadual, são áreas com grande potencial de geração de emprego no Estado e que são pouco valorizadas e não são reconhecidas como estratégicas. Repensar o desenvolvimento econômico de Sergipe passa por reconhecer a importância dessas cadeias produtivas e ter um planejamento integrado com os municípios para o seu fortalecimento. Atualmente, existem iniciativas como o Fórum de Inovação Rural que não tem funcionado e total ineficiência na promoção da assistência técnica e capacitação. Também buscaremos fortalecer e estruturar as cooperativas, atores importantes nesses setores. É sabido que essa forma participativa e descentralizada de gestão oferece condições para o crescimento de cada indivíduo. Juntos, os cooperados têm força financeira e política para fomentar o próprio setor de atuação. Como consequência, as cooperativas corrigem desigualdades sociais. Elas são o espaço para um indivíduo se desenvolver, produzir e realizar sonhos.

- Mapear, ao longo do primeiro trimestre, os/as agricultores/as familiares do Estado para dar o suporte para regularização, emissão e renovação da DAP (CAF);
- Estabelecer uma política tributária que estimule a agricultura, pecuária, aquicultura e pesca;
- Realizar, juntamente com representantes dos agricultores familiares e das agroindústrias, um planejamento estratégico de fomento da produção de acordo com a vocação de cada região e com o potencial de produção de alimentos com alto valor agregado;
- Estabelecer, no primeiro semestre, um programa de fortalecimento e estruturação das associações e cooperativas estimulando o trabalho integrado;

- Criar, no primeiro ano, juntamente com o Banese, um fundo de aval para garantir acesso à crédito com melhores condições para os micro, pequenos, médios e grandes produtores;
- Articular, no primeiro ano, com o BNDES a utilização de fundos constitucionais não reembolsáveis para aplicação em projetos rurais via organizações da agricultura familiar (associações e cooperativas);
- Reestruturar os perímetros irrigados atendidos pela Cohidro;
- Fortalecer e reestruturar o Platô de Neópolis com a venda definitiva dos lotes;
- Reestruturar e priorizar o serviço de defesa e inspeção agropecuária da EMDAGRO.
- Fortalecer a ampliar a oferta de assistência técnica e extensão rural, através da realização de concurso via EMDAGRO;
- Criar, no primeiro ano, um Programa de Fortalecimento das Escolas Técnicas Agrícolas;
- **Incentivar a criação de agroindústrias** com um programa específico de formação em gestão, negociação, comercialização e logística bem como linha de crédito subsidiada específica no Banese;
- Realizar anualmente, um grande evento para promover o mercado da piscicultura e pesca em Sergipe;
- Reestruturar e fortalecer os polos de comércio de peixes e marisco incluindo a capacitação dos pescadores e marisqueiras;
- Fortalecer o Terminal Pesqueiro localizado em Aracaju;
- Acelerar a adesão do Estado de Sergipe ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), permitindo o acesso ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA);
- Apoiar a regularização de matadouros e queijarias;
- Facilitar e estimular a criação de novos matadouros regionais em até 12 meses;
- Promover ações de apoio à cadeia produtiva de milho;
- Promover ações de **apoio à apicultura**;
- Fortalecer a cadeia de produção de leite com provimento de logística e certificação da produção;
- Recriar o Programa Estadual do Leite, fortalecendo a cadeia produtiva do leite com foco na melhoria genética do rebanho e escoamento da produção;
- Criar o Programa Estadual de Recuperação de Pomares e Combate às Pragas da Citricultura;
- Ampliar as compras da agricultura familiar via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos estabelecimentos de ensino do Estado para o mínimo de 50% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Criar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Estadual;
- Assessorar e incentivar a implantação de quintais produtivos e a agricultura periurbana em comunidades rurais e urbanas com espaços vazios, promovendo melhoria na dieta alimentar e aumento da renda das famílias;
- Desenvolver ações de apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo e de apoio às micro e pequenas empresas inseridas nas cadeias produtivas e nos arranjos produtivos locais;



- Implementar políticas que promovam a **equidade de gênero na atividade rural** através da capacitação e valorização da mulher rural;
- Criar, no primeiro ano, o **Centro de Referência para o Produtor Rural**, concentrando todas as informações e atendimentos em um só lugar;
- Criar, no primeiro ano, junto à Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA) um Programa de Dispensa e Simplificação das licenças ambientais para pequenos empreendimentos produtivos de beneficiamento e comercialização coletiva e individual de agricultores familiares;
- Criar campanhas e intensificar a fiscalização acerca da venda aleatória e descontrolada, uso exacerbado e descarte irregular de agrotóxicos no Estado de Sergipe.
- Ampliar dos cursos técnicos e profissionalizantes relacionados ao agronegócio, contribuindo para a formação do jovem agricultor;
- Criar linha de crédito para investimento ao jovem agricultor, com enfoque na agricultura familiar;
- Criar e implementar o **Programa Adapta Sertão** para ampliação da produção em locais de seca extrema.

#### 2.3 Turismo e eventos

Nosso Estado infelizmente sofre com uma gestão que não vê no turismo uma oportunidade de geração de emprego e renda, mesmo o setor sendo responsável por 3,2% do PIB do Estado. Temos diversas potencialidades turísticas pouco exploradas, além da ausência de uma gestão técnica e comprometida com o desenvolvimento do setor. Precisamos encarar o turismo como ponto estratégico para o desenvolvimento do Estado.

O turismo é capaz de movimentar mais de 50 setores da economia local, sejam formais ou informais, sendo um grande gerador de empregos, tanto para mão de obra qualificada, quanto para não qualificada. É inegável o potencial do turismo para dinamizar a nossa economia. Nosso Estado tem potencial para turismo de lazer, de eventos (corporativos e esportivos), de negócios (decorrentes da dinamização da economia), ecoturismo e turismo religioso. Precisamos explorar todo esse potencial.

- Desenvolver, no primeiro semestre de gestão, uma Política Estadual de Fortalecimento do Turismo, em parceria com os agentes privados que atuam no setor (ABIH/SE, CDL, ABRASEL, dentre outros), com previsão gradual de investimento na melhoria da infraestrutura dos destinos turísticos;
- Desenvolver, no primeiro semestre de gestão, um plano de promoção do turismo de Sergipe, de acordo com suas potencialidades e vocações, em parceria com os agentes privados que atuam no setor;
- Implementar, no primeiro ano de gestão, o Núcleo de Inteligência em Mercado Turístico e Cultural;
- Implementar, no primeiro ano de gestão, o Programa "Visite Sergipe";



- Criar rotas (rotas religiosas, rota do queijo, rotas de ecoturismo, etc.) que promovam o turismo de experiência no Estado;
- Promover a divulgação do Estado nos diversos meios de comunicação, além de participar de feiras e eventos, realizar famtours e fampress com agentes de viagens, jornalistas de turismo e influenciadores digitais dentro e fora do estado;
- Realizar a busca ativa por grupos hoteleiros para implantação de complexos no Estado;
- Qualificar a infraestrutura para a recepção de eventos corporativos e esportivos;
- Implementar políticas e parcerias público/privada direcionadas ao Turismo de Negócios e Eventos;
- **Fomentar o turismo adaptado,** garantindo a acessibilidade em todos os equipamentos públicos municipais, bem como a capacitação dos times receptivos;
- **Reduzir ICMS sobre querosene** para tornar o Estado mais atrativo para a aviação tornando o aeroporto de Aracaju um HUB regional;
- Criar um Instituto da Hospitalidade em parceria com Instituição de Ensino Técnico e/ou Superior para oferecer qualificação e capacitação para os profissionais que atuam no setor em todo o Estado;
- Criar um calendário fixo de eventos da cultura sergipana com artistas sergipanos;
- Estreitar as relações com associações de promotores de feiras e eventos visando dar maior celeridade aos processos de autorizações para a realização dos mesmos, bem como potencializar as ações;
- Criar, no primeiro ano de gestão, uma linha de crédito específica no Banese para investimento no setor, incluindo a recuperação do patrimônio;
- Criar PPP para, em parceria com as prefeituras, revitalizar sítios históricos com ações-base: recuperação das fachadas históricas em parceria com o IPHAN;
- Implementação do #AmoSergipe, sistema digital, colaborativo e integrado composto por: portal online/Instagram/Youtube/TikTok/Twitter/Facebook/Youtube com blog atualizado com destinos turísticos da cidade, agenda atualizada de eventos e feiras culturais em parceria entidades como Fecomércio, FUNCAP e SEBRAE; implementação de totens com QR code, nome do ponto e breve descritivo (em Português e Inglês).

#### 2.4 Cultura e Economia Criativa

As indústrias culturais e criativas são componentes fundamentais da economia em uma sociedade e, apesar do descaso com a cultura, o setor é responsável por 2.5% do PIB nacional, movimentando em média 171,5 bilhões e gerando 6.6 milhões de empregos.

A Cultura sergipana perpassa por anos de gestão de contínua falta de incentivo e desrespeito, provocando um cenário de gestores e atores dos mais diversos setores de cultura com comprovado talento e preparo para o mercado, mas notoriamente desmotivados e sem recursos práticos para executar e potencializar seus trabalhos com a falta de editais contínuos (com os existentes, em sua maioria, com valores abaixo do praticado no mercado, precarizando os trabalhadores do setor), sem Plano Estadual de



Cultura e leis de incentivo, além da falta de comunicação e articulação direta, participativa e transparente da gestão pública com os gestores de cultura e economia criativa.

- Criar, no primeiro trimestre de gestão, e implementar o **Plano Estadual de Cultura** sendo construído de forma participativa com os gestores e atores da Cultura;
- Revitalizar o Fundo de Desenvolvimento Cultural e Artístico FUNCART;
- Destinar entre 3% e 5% do orçamento para a estruturação e fomento do setor de cultura e economia criativa;
- Criar, no primeiro semestre de gestão, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e engajar empresários sergipanos para que participem desta iniciativa;
- Reestruturar e ampliar o **Mapa da Cultura e Economia Criativa de Sergipe** com o levantamento de dados de forma detalhada, quantitativa e qualitativa;
- Criar o Programa de interiorização da Cultura e Economia Criativa;
- Criar o polo criativo "Fábrica do Forró" com foco na estruturação e fortalecimento das quadrilhas, qualificação do trabalho e desenvolvimento de novos produtos que fortaleçam a marca sergipana;
- Apoiar e incentivar a criação dos fóruns dos diversos setores da cultura, que comporão o corpo do Fórum Estadual de Cultura responsável pelas diretrizes do Fundo Estadual de Cultura;
- Reativar programa em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda SEFAZ que incentive a troca das notas fiscais por ingressos que contemplem espetáculos culturais, democratizando o acesso;
- Criar a **Companhia Sergipana de Dança e Companhia Sergipana de Teatro**, ambas sediadas nas unidades já existentes, com seleção através de audição;
- Abrir editais semestrais para ocupação das unidades de forma gratuita para ensaios de companhias de artes cênicas;
- Reestruturar e fortalecer a Fundação Aperipê;
- Revitalizar o Centro de Arte e Cultura J. Inácio tornando-o um polo de cultura e economia criativa do Estado;
- Criar, em parceria com a iniciativa privada, um polo de capacitação e pré formação para os segmentos audiovisual e de desenvolvimento de jogos;
- Apoiar a criação de um curso técnico na área de desenvolvimento de jogos;
- Promover, incrementar, preservar, capacitar e divulgar a comercialização do Artesanato Sergipano;
- Promover, em parceria com as associações de Artesanato, capacitação e fortalecimento da capacidade produtiva do(a)s artesãos e artesãs;
- Criar Plano de desenvolvimento do Polo de Moda de Itabaianinha com incentivos fiscais;



- Reestruturar os setores organizacionais da FUNCAP/SE:
- Coordenadoria de Economia da Cultura: Responsável pela política de economia da cultura, de fomento e incentivo à cultura, com base no Sistema Estadual de Cultura, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Cultura e editais da cultura;
- Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Cultura Popular e Memória: Responsável
  pela política no âmbito do patrimônio material e imaterial do Estado de Sergipe e
  Cultura Popular coordenando projetos, ações e eventos na área. Esta coordenação
  deve gerenciar as seguintes unidades: Museu Histórico de São Cristóvão, Museu de
  Arte Sacra de Laranjeiras, Casa de Cultura João Ribeiro, Museu afrobrasileiro de
  Sergipe, Museu de Arte Sacra de São Cristóvão;
- Coordenadoria de Arte, Conhecimento e Formação: Tem por objetivo formar novas bases de conhecimento na área da cultura e da arte, ampliando os repertórios subjetivos das pessoas, estimulando o hábito do consumo cultural, a produção de conhecimento na área e possibilitando a capacitação em arte, cultura e gestão cultural. Este setor gerencia as unidades: Teatro Tobias Barreto, Teatro Atheneu, Teatro Lourival Batista, Centro de criatividade, Gonzagão, Galeria J Inácio, assim como a Orquestra Sinfônica do Estado de Sergipe (ORSSE), além da criação da Companhia Sergipana de Dança e Companhia Sergipana de Teatro, ambos sediados nas unidades existentes;
- Coordenadoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas: Desenvolve e coordena projetos e programas voltados ao livro, leitura e bibliotecas. Criação da Bienal Internacional de Literatura de Sergipe;
- Coordenadoria de Economia Criativa e Inovação: Desenvolve e coordena os projetos e programas voltados aos setores de Economia Criativa, dentre eles: Moda, Gastronomia, Fotografia, Audiovisual, Novas mídias, Arquitetura, Design, Artesanato, Games.

## 2.5 Tecnologia e Inovação

O mundo está evoluindo, o Brasil está evoluindo e Sergipe não pode ficar para trás. O Governo do Estado não dá a devida importância à tecnologia e à inovação. A grande maioria dos empregos que existem hoje deixarão de existir daqui a dez anos. Por isso, precisamos modernizar a economia do nosso Estado. O desenvolvimento econômico está assentado, cada vez mais, na inovação baseada no desenvolvimento tecnológico. Não é por acaso que a inovação é um eixo central na retomada do crescimento econômico. Para que a inovação tecnológica se transforme, de fato, em desenvolvimento econômico para Sergipe, um dos desafios é melhorar o diálogo entre quem faz inovação e quem precisa de inovação. Para tanto, é necessário haver uma constante troca entre três atores: universidades/centros de pesquisa, iniciativa privada e poder público.



- Definir, ao longo do primeiro semestre, uma política de Estado na área de Ciência
   Tecnologia e Inovação;
- Criar uma Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação com uma estrutura mínima para atração, criação e gestão de projetos inovadores;
- Reestruturar, no primeiro trimestre, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia
   CONCIT para que atue de forma eficiente na sua finalidade para que foi criado abrindo espaço para que outras entidades participem do Conselho;
- Aprovar, no primeiro ano, a Lei de Inovação Estadual que se encontra na PGE;
- Realizar a transformação digital do Estado com base no diagnóstico feito pela Fundação Dom Cabral para a ALESE;
- Desenvolver o ecossistema de inovação e desenvolvimento de novas tecnologias.
- Unificar em uma unidade de gestão, todos os órgãos e empresas estaduais que tenham como finalidade a assistência técnica, a pesquisa de novas tecnologias e o desenvolvimento dos setores produtivos;
- Criar, no primeiro trimestre, um planejamento para a Fapitec com metas e indicadores para a mensuração da sua efetividade;
- Reestruturar, no primeiro trimestre, o Conselho de Ciência e Tecnologia;
- Reestruturar e fortalecer o Sergipetec, transformando-o num hub para o desenvolvimento de novos produtos e serviços de base tecnológica
- Realizar concurso público para a promoção da inovação nos serviços governamentais;
- Implantar, no primeiro semestre, o sistema de **Taxigov** substituindo a locação de veículos:
- Apoiar a aceleração da implantação do 5G no Estado;
- Implantar o cinturão de fibra ótica no Estado;
- Criar programa para a promoção da inovação e desenvolvimento de habilidades tecnológicas nas Escolas Estaduais;
- Criar, no primeiro semestre, a política de incentivo, atração e promoção de startups;
- Criar, no primeiro semestre, um programa de inovação e desenvolvimento tecnológico específico para o mercado de energia;
- Promover e fortalecer parcerias com universidades e centros de pesquisa.
- Criar o **Mangue Digital** parque tecnológico que atuará nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, economia criativa e futuro das cidades;
- Promover a modernização da gestão pública do governo do estado (e-GOV) utilizando-se de soluções tecnológicas desenvolvidas por empresas locais e startups;
- Ampliar o apoio para o Arranjo Produtivo Local de TI através da SEDETEC, SERGIPETEC, FAPITEC, EMGETIS e BANESE;
- Criar e ampliar fontes de financiamento e linhas de crédito específicas para o setor de TI em Sergipe;
- Viabilizar investimentos em qualificação de mão-de-obra nas áreas de TI através da Secretaria do Trabalho;
- Viabilizar a utilização dos laboratórios de informática das redes pública e privada de ensino e de outras instituições para projetos de inclusão digital;



• Implementar Programa Wifi livre nos mercados municipais e feiras para visitantes e feirantes para maior agilidade nas transações de pagamentos via pix/cartões e redes sociais como vendas via Whatsapp, bem como o suporte direto para a profissionalização dos empreendedores.

#### 2.6 Polos Industriais Sustentáveis

A indústria representa cerca de 30% do PIB do Estado e ainda assim não existe em Sergipe um Plano de Desenvolvimento Industrial e atrelar ao setor de petróleo e gás todas as expectativas é um erro. As riquezas locais precisam ser valorizadas, mas não podemos desconsiderar o fato de que o mundo está vivendo um processo de descarbonização da economia e consequentemente incentivo à produção de energia limpa. Ter, portanto, um plano para a transição da nossa economia e investir na sua diversificação é essencial. A nossa indústria deve ter como foco as nossas vocações, mas também a solução dos nossos principais problemas. É tendo estas diretrizes que assumimos os compromissos a seguir.

- Reformular, no primeiro semestre de gestão, a Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe;
- Apoiar o início da extração das reservas de petróleo e gás em Sergipe;
- Criar um Polo de Formação Profissional em Petróleo, Gás e Energias Renováveis, promovendo a integração entre empresas e instituições de ensino;
- Estimular, através de incentivos fiscais, o desenvolvimento do polo industrial da Grande Aracaju;
- Criar e implementar um plano de desenvolvimento da mineração sustentável em Sergipe em parceria com as empresas e com a Agência Nacional de Mineração;
- Incentivar, via PPP, a criação de **polos regionais de reciclagem** com indústrias de beneficiamento, desenvolvimento de novos produtos e geração de energia;
- Incentivar, via PPP, a criação de uma usina de reciclagem de entulho da construção civil para produção de base e sub-base asfáltica para o fornecimento, subsidiado para os municípios realizarem calçamento/asfaltamento;
- Fomentar a criação de **fábricas regionais de cimento**;
- Implantar o Polo Sergipano de Fertilizantes;
- Incentivar a indústria de fertilizantes em toda sua cadeia, desde a extração dos insumos necessários, passando pela aquisição dos maquinários até a sua comercialização;
- Difundir a indústria têxtil sergipana possibilitando a agregação de valor aos produtos do Estado;
- Criar, no primeiro ano de gestão, incentivo fiscal para a implantação de fazendas solares:
- Fomentar a criação de uma usina de energia solar.



#### 2.7 Infraestrutura e Transporte

Ao longo dos anos, Sergipe vem perdendo grandes oportunidades para alavancar o seu desenvolvimento econômico. Falta infraestrutura em rede e todas as condições necessárias para a dinamização da nossa economia. É necessário transformar Sergipe em um modelo de desenvolvimento. Para isso, temos que dar infraestrutura de qualidade ao cidadão sergipano e às empresas instaladas em nosso Estado, de forma a garantir o acesso a produtos e serviços por parte da população e a possibilidade de ganhos de competitividade àqueles que empreendem e investem em nosso Estado. Além disso, o Estado deve explorar de maneira inteligente todos os modais de transporte disponíveis: rodoviário, hidroviário, rodoviário, dutoviário e aeroviário.

- Adequar a DESO ao novo marco regulatório visando a melhoria substancial do serviço prestado;
- Ampliar o acesso da população do campo à sistemas de saneamento rural;
- Mapear as obras inacabadas e construir um plano para finalização em 24 meses;
- Captar recurso público e privado para finalizar a duplicação da BR-235 entre Aracaju e Carira, importante via para o escoamento da produção de milho;
- Captar recurso público e privado para realizar a continuação da BR-101 entre o Parque dos Faróis e a João Bebe Água (SE-065);
- Combater o cartel do preço do combustível em Sergipe;
- Iniciar o PPI para a inclusão do modal ferroviário de transporte interligado ao Porto de Sergipe;
- Coordenar junto ao Governo Federal a retomada das operações do trecho sergipano da Ferrovia Centro-Atlântica;
- Priorizar o investimento público nas regiões de maior vulnerabilidade social;
- Criar a infraestrutura necessária para implantação do transporte hidroviário de bens e mercadorias;
- Dar transparência e revisar, se necessário, os contratos de transportes intermunicipal para garantir qualidade, cobertura e preços acessíveis aos cidadãos sergipanos sem prejuízo às empresas e cooperativas que oferecem os serviços;
- Instalar, em parceria com a Prefeitura de Aracaju, comportas para acabar com as inundações;
- Mobilizar recursos para a finalização da primeira etapa do Canal Xingó em 04 anos.



## 2.8 Atração de Investimentos

Sergipe não tem uma política de atração de investimentos e captação de recursos eficiente. O Estado também não possui um plano de desenvolvimento consistente, que projete a evolução do Estado e mire em resultados não só no curto prazo, mas também no longo prazo. O executivo estadual deve assumir o protagonismo da busca por investimentos para o desenvolvimento do Estado.

#### **Nossos compromissos:**

- Implantar, no primeiro semestre, a Agência de Atração de Investimentos de Sergipe com estratégia específica para captação de recursos internacionais;
- Criar um planejamento integrado de atração de investimento com a participação dos coletivos representativos dos diversos setores econômicos do Estado;
- Elaborar, no primeiro semestre, o **Guia do Investidor**, com indicadores socioeconômicos e oportunidades de investimentos no Estado;
- Implantar um programa de PPPs Parcerias Público Privadas, identificando e construindo um portfólio de potenciais negócios e investimentos a serem implementados em conjunto com a iniciativa privada;
- Criar zonas de desenvolvimento econômico em Sergipe por meio de PPP e/ou concessão para requalificação, exploração e manutenção de áreas pela iniciativa privada;
- Criar o fundo de investimentos de Sergipe, inicialmente com aportes das empresas estatais como o BANESE, DESO e posteriormente com a possibilidade de receber aportes do setor privado como de empresas como CELSE, UNIGEL, ENERGISA, etc.

## 2.9 Melhoria do Ambiente de Negócios

O ambiente de negócios em Sergipe poderia melhorar se as boas práticas existentes em outros estados fossem aplicadas em nosso Estado, principalmente nas áreas de execução de contratos e obtenção de alvarás de construção. Para tanto, é necessário fortalecer a coordenação entre agências federais, estaduais e municipais como forma de facilitar a vida dos empreendedores e tornar as regulamentações mais claras e menos fragmentadas. É nesse sentido que pretendemos trabalhar. Para simplificar a vida de quem quer empreender, investir e gerar emprego em Sergipe.

- Simplificar, no primeiro ano de gestão, os tributos estaduais;
- Criar, no primeiro semestre de gestão, mecanismos de agilidade na concessão de alvarás e no licenciamento de empresas, principalmente em atividades de baixo risco, implementando em sua totalidade a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas;

- Criar, no primeiro trimestre de gestão, um canal digital direto de comunicação com
  o nano, micro e pequeno empreendedor para solução de problemas com agilidade e
  auxílio contínuo com chatbot e time de atendimento para dúvidas frequentes;
- Reestruturar, ao longo do primeiro ano de gestão, o Banese, tornando-o um banco de fomento;
- Mapear, ao longo do primeiro semestre de gestão, os empreendedores que atuam na economia informal e implementar programas específicos de microcrédito, qualificação e formalização;
- Reduzir o tempo para a abertura de empresas de baixa complexidade;
- Criar linha de crédito com carência de 120 dias para mulheres empreendedoras de baixa renda e taxas de juros diferenciadas;
- Auxiliar os municípios na adoção de medidas de desburocratização;
- Criar, no primeiro trimestre de gestão uma Agência de Desenvolvimento Econômico para:
  - Coletar propostas da iniciativa privada para melhoria de processos junto ao Governo de Sergipe;
  - o Aplicar a Lei da Liberdade Econômica;
  - o Promover 100% da digitalização dos processos;
  - Revisar e simplificar os procedimentos internos.

## 2.10 Sustentabilidade, urbanismo e restauração ambiental

O olhar para um estado com cidades sustentáveis e que respeitem seus ciclos, espaços naturais e urbanidades se faz necessário. Segundo dados do Inventário Florestal Nacional de Sergipe (MMA/SEMARH, 2018) apenas 13% da cobertura florestal original do estado ainda se mantém existente, o que expõe o grau de degradação de Sergipe. Além disso, o estado possui uma área de manguezal de aproximadamente 250 km², menos da metade do que existia na década de 1970. Na região sul do estado, está reduzido a 133 km². São diversas funções naturais de grande importância ecológica e econômica, desempenhadas pelos manguezais como a proteção da linha de costeira; barreira mecânica à ação erosiva das ondas e marés; retenção de sedimentos carreados pelos rios, constituindo-se em uma área de deposição natural. Possui também ação depuradora, funcionando também como um filtro biológico natural da matéria orgânica e de concentração de nutrientes. Além da elevada produtividade biológica, funciona como um 'berçário natural', servindo de refúgio para a reprodução e desenvolvimento, alimentação e proteção para crustáceos, moluscos e peixes de valor comercial.

Promover a restauração ambiental é essencial para a melhoria da qualidade de vida e uma premissa para o modelo de desenvolvimento que buscamos implementar. Proteger a nossa biodiversidade e integrar o ecossistema natural com o urbano e rural é um dos desafios dessa gestão.



- Criar, ao longo do primeiro ano, e implementar a Política Estadual de Resíduos
   Sólidos:
- Criar, ao longo do primeiro ano, e implementar um Programa de Incentivo à Reciclagem, Reutilização de Resíduos em parceria com cooperativas e entidades comerciais;
- Criar o Banco de Tecidos de Sergipe com coleta de sobras de tecido e doação para associações e cooperativas de costura;
- Criar o Programa de Coleta de Óleo de Cozinha com doação para a produção de sabão;
- Criar o Programa de Preservação dos Manguezais;
- Criar, dentro do portal do governo, sistema de transparência e acompanhamento em tempo real da situação das unidades de conservação do estado;
- Criar Conselho Jovem de Sustentabilidade e Futuro das Cidades para acompanhamento contínuo das ações das entidades ambientais do estado composta por alunos da rede pública;
- Criar o Prêmio Sergipe Urbanidade com foco para a seleção de projetos que tragam soluções sustentáveis para as deficiências urbanas das cidades sergipanas para estudantes de Arquitetura e Urbanismo em parceria com o CAU/Sergipe;
- Assinar carta de comprometimento com a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável;
- Estabelecer parceria com as prefeituras para potencializar a Cartilha Calçada Livre;
- Promover a cartilha de caminhabilidade para idosos e pessoas com deficiência em parceria com as universidades;
- Desenvolver, no primeiro semestre de gestão, estudo para a implantação de ciclovia em rodovias estaduais;
- Implantar, no primeiro ano de gestão, sistema de monitoramento da qualidade do ar e emissão de dióxido de carbono;
- Criar, no primeiro ano de gestão, e implementar o Programa de Recaatingamento;
- Criar, no primeiro ano de gestão, e implementar o Programa de Adaptação às
   Mudanças Climáticas para as zonas em processo de desertificação;
- Fomentar, em parceria com universidades, escolas técnicas e startups, o desenvolvimento de soluções para o acesso à água em regiões de extrema seca;
- Promover o reflorestamento de regiões de matas ciliares;
- Promover a **proteção das mangabeiras** enquanto patrimônio natural sergipano.



## 3. Desenvolvimento Social e Qualidade de Vida

O Mapa da Nova Pobreza, estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Julho de 2022, mostra uma realidade dura para o povo sergipano. Nos últimos anos houve um crescimento da pobreza no Estado atingindo, hoje, 48,17% da população. A maior parcela da população de Sergipe necessita de apoio do governo estadual para sobreviver e ter acesso à saúde, educação e moradia de qualidade.

Os indicadores sociais do Estado evidenciam a necessidade de uma melhoria exponencial na prestação de todos os serviços básicos e a reestruturação dos meios de acesso a estes serviços para que exista maior transparência e eficiência.

O compromisso da gestão pública precisa ser com o cidadão, independente de idade, raça, gênero, classe social, religião ou região.



### 3.1 Educação

A educação tem sido totalmente negligenciada pelas últimas gestões estaduais. Nenhum investimento significativo foi feito, seja de melhoria física e de equipamentos para as escolas, seja de inovação pedagógica ou de gestão do Sistema Estadual de Ensino. Não se valoriza os profissionais de educação, tampouco se honra os pagamentos aos fornecedores ou repasses aos municípios, como no caso do transporte escolar. A pandemia aprofundou o fosso da desigualdade educacional entre as classes sociais e, para piorar, mais do que em qualquer outra área, a educação tem virado um caso de polícia.

O descaso do Governo do Estado na educação se traduz em números: com nota de 3,3, Sergipe ocupa hoje a 5ª pior posição no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio na rede pública, não tendo atingido a sua meta de ensino nos últimos 15 anos. Ao final dos estudos, apenas 23% dos alunos sergipanos da rede estadual possuem o nível adequado de aprendizado em Português; e em matemática, somente 3%. Trabalharemos arduamente para reverter esse quadro. No nosso governo, a educação será prioridade número 1.

- Ampliar, ao longo do primeiro ano de gestão, a cobertura e as matrículas na modalidade de **Ensino Médio em Tempo Integral** e implementar efetivamente o modelo do novo ensino médio, com trajetórias;
- Reestruturar e fortalecer as **escolas em tempo integral**;
- Implantar, ao longo do primeiro semestre de gestão, um sistema de gestão por resultados em toda a rede estadual de ensino, com monitoramento e pactuação de metas por escola, focado na melhoria da aprendizagem;
- Criar, no primeiro ano, um programa de apoio pedagógico aos professores, por meio do **Portal Ensina Sergipe**, onde serão disponibilizados materiais e recursos pedagógicos de qualidade para apoiar os docentes, como planos de aula, materiais complementares, cursos e ferramentas para suporte aos professores e aos alunos.
- Valorizar os professores, através da reestruturação da carreira do magistério, de modo a torná-la mais atrativa, da garantia do pagamento do Piso do Magistério atrelado a bônus por produtividade, a partir de indicadores de desempenho individual e coletivo da unidade em que o docente está alocado;
- Criar, no primeiro ano, um Centro de Formação Permanente em Docência, buscando fortalecer a formação continuada dos professores da rede e contemplando as especificidades da Ensino Profissional e Técnico (EPT), do Ensino Integral e do Ensino à Distância (EAD);
- Implantar, no primeiro semestre, um **Programa de Gestão Escolar** apoiado por um sistema digital e com gestores escolhidos por meio de processo misto: seleção com base em critérios técnicos e eleição pela comunidade escolar; além de oferecer cursos formativos e avaliativos dos gestores da rede;



- Realizar, ao longo do primeiro semestre, seleção pública de técnicos para atuarem em cargos de chefia e liderança na SEDUC;
- Incentivar as práticas artísticas e científicas extracurriculares na rede estadual de ensino através de editais de valorização de bandas escolares, de pintura, de fotografia, de grafismo, dança, de produção audiovisual, de robótica, de clube de leitura e outros, além de investir permanentemente nas práticas esportivas escolares;
- Garantir a **implementação da educação financeira** no ensino fundamental e médio;
- Recuperar, ao longo dos primeiros dois anos, as unidades escolares degradadas, garantindo um padrão mínimo de qualidade da infraestrutura, tornando a escola um espaço acolhedor para os jovens. Além disso, ampliar o número de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios nas escolas.
- Criar o Programa Jovem Protagonista, em que o estado dará as condições para que os próprios jovens consigam transformar a sua própria realidade, da escola e da sua comunidade/bairro, financiando ações propostas pelos próprios jovens;
- Incentivar a pesquisa científica no ensino médio, criando o Programa de Bolsas de Iniciação Científica para os alunos que apresentem projetos de pesquisa científica. Também criar o Programa de Intercâmbio Estudantil e Cultural, com vistas a transformar as experiências adquiridas pelos jovens nesses intercâmbios em projetos de intervenção nos ambientes escolares;
- Expandir as matrículas da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM), priorizando as modalidades integrada e concomitante, como parte importante da estratégia para o aumento dos níveis de aprendizagem no estado;
- Fortalecer a Educação Profissional e Técnica através da aproximação das comunidades escolares com os setores produtivos locais, no intuito de alinhar a trajetória do estudante às tendências do mundo do trabalho e às demandas regionais, favorecendo a inclusão produtiva qualificada dos jovens.
- Articular a formação profissional à educação de jovens e adultos (EJA), por meio da expansão das matrículas EJA integradas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).
- Implementar, no primeiro ano de gestão, o **Projeto "Família na Escola"** com a oferta de cursos profissionalizantes regulares para os pais e mães no espaço escolar;
- Implantar um Programa de Incentivo à Melhoria da Educação Municipal contendo:
  - Centros regionais de treinamento para professores com foco na prática em sala de aula, técnicas de alfabetização e oficinas para professores primários;
  - Programa de melhoria dos indicadores da qualidade educacional com metas de resultados educacionais elaboradas juntamente com as prefeituras, planejamento de ações e suporte para execução;
  - Recompensas para as melhores escolas e assistência extra para as de menor desempenho;
  - Produção de materiais didáticos, visitas de equipes técnicas às escolas e compartilhamento de melhores práticas pedagógicas;
  - Programa de incentivo aos municípios com o aumento para 18% da fatia do ICMS a ser distribuída de acordo com o desempenho municipal em português e matemática.



- Ampliar e melhorar o Programa de Alimentação Escolar, criando o Conselho de Fiscalização da Merenda Escolar nas Diretorias Regionais com a participação da sociedade civil e dos grêmios estudantis;
- Investir na primeira infância, em parceria com os municípios e organizações da sociedade civil, para **ampliar a cobertura de creches** no Estado;
- Criar o **Programa Aluno Dentro da Escola**, composto por:
  - Equipe multidisciplinar de educadores com a missão de monitorar a frequência dos alunos, identificar aqueles com maior risco de evasão ou já fora da escola e criar estratégias personalizadas para o retorno escolar, com foco no envolvimento familiar nas atividades escolares;
  - Auxílio Estudantil aos alunos com dificuldade de permanecer na escola devido a sua condição financeira; e
  - Criação de turmas específicas para aceleração da aprendizagem e correção de fluxo na rede.
- Garantir a promoção da educação sexual nas escolas de ensino fundamental II e ensino médio;
- Criar o Atendimento Educacional Especializado ao aluno público-foco da Educação
  Especial, com capacitação e atualização curricular dos profissionais da educação,
  bem como implantar escolas bilíngues, focando principalmente no acesso à
  educação de qualidade, através de uma escola acessível dotadas com salas de
  recursos multifuncionais;
- Criar Núcleo de Inclusão e Diversidade Metodológica para construir estratégias de inclusão e desenvolvimento de metodologias de ensino que garantam o melhor ensino para alunos portadores de transtornos de aprendizagem;
- Garantir a presença de intérpretes e acompanhantes para alunos portadores de necessidades especiais;
- Fortalecer as unidades educacionais adaptadas para alunos portadores de deficiência visual e/ou auditiva:
- Garantir o ensino de libras nas escolas de ensino médio;
- Criar concurso para contratação de professores capacitados para matérias:
   Empreendedorismo e Liderança, Educação Financeira e Universo jurídico, contábil e cotidiano (elaboração de contratos, recibos, interpretação de impostos, etc), e Gestão de Projetos;
- Criar o Programa de Saúde Mental nas escolas;
- Inserir os serviços de psicologia e de assistência social no ambiente escolar, através da formação de núcleos profissionais para atendimento periódico nas escolas;
- Criar o Programa Agentes da Educação para assistência, acompanhamento e integração entre escola e família;
- Fomentar a educação política no ambiente das escolas, promovendo a realização de debates e diálogos plurais e democráticos, como forma de contribuir para o desenvolvimento crítico do jovem enquanto cidadão;
- Garantir o transporte para estudantes do ensino fundamental e médio;



- Criar sistema de cooperação, entre o governo estadual e os governos municipais, para a maximização do acesso ao transporte universitário aos estudantes do interior do estado que precisam se deslocar diariamente;
- Criar casas de apoio ao estudante universitário em polos estratégicos nas proximidades das universidades, de modo a garantir condições mínimas de manutenção do jovem nas atividades extracurriculares e/ou fora do horário comum de sua carga horária;
- Criar Programa de combate à pobreza menstrual nas escolas públicas.

#### 3.2 Saúde

Sergipe vive um grande desafio na saúde pública e tem um compromisso urgente com os sergipanos: acabar com o caótico quadro da saúde estadual e se adequar ao novo cenário epidemiológico ditado pela pandemia e aumento do envelhecimento populacional. É preciso acabar com a demora nas filas de exames e cirurgias, superlotação dos hospitais, falta de infraestrutura, de recursos humanos e de transparência na gestão. Precisamos fortalecer nosso sistema de saúde, reorganizando a descentralização dos serviços e fortalecendo os níveis de atenção. Com uma gestão eficiente e muito trabalho iremos tirar a Saúde desta situação lamentável.

- Profissionalizar a gestão da saúde, garantindo a despartidarização e equipe técnica:
- Implantar, ao longo do primeiro ano, a gestão informatizada via aplicativos e internet com banda larga de alta velocidade;
- Fortalecer o Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde a fim de qualificar a tomada de decisão e aplicação de recursos de acordo com as necessidades de saúde, focando na regionalização;
- Fortalecer a política de atenção primária, especializada, ambulatorial e hospitalar;
- Promover a valorização dos profissionais de saúde;
- Fortalecer a política de educação permanente em saúde, com foco no trabalhador do SUS;
- Realizar parceria com instituições de ensino da área de saúde que priorizem em seus currículos a formação de profissionais dedicados à atenção básica e à saúde da família;
- Fortalecer a Escola de Saúde Pública do Estado.
- Fortalecer a política de Promoção da Saúde;
- Fortalecer a política de Vigilância em Saúde;
- Criar, no primeiro ano de gestão, e implementar a Política Estadual de Humanização na saúde alinhada à Política Nacional de Humanização:
- **Garantir o estoque de medicamentos** para que não ocorra interrupção ou falha de tratamento;



- Reduzir gradualmente a fila de espera para exames e procedimentos de saúde, zerando em até 24 meses e promovendo a transparência da lista de espera;
- Criar no primeiro ano de gestão, e implementar a Política Estadual de Saúde para a Prevenção e Tratamento do Câncer;
- Implantar, no primeiro ano de gestão, o Programa Estadual de Atenção Integral
  à Saúde da Pessoa LGBTQI+ com profissional capacitado especificamente para o
  atendimento a esta população;
- Elaborar, no primeiro semestre de gestão, o Planejamento Regional Integrado em parceria com os 75 municípios, realizando reuniões regionais com os gestores para efetivar a Programação Geral de Ações dos Serviços de Saúde – PGASS a partir das necessidades de saúde da população;
- Reorganizar as redes de atenção à saúde com foco na regionalização;
- **Fortalecer e qualificar os Hospitais Regionais**, ampliando o quadro de profissionais e melhorando a estrutura;
- Ampliar, reestruturar, reorganizar e modernizar o HUSE;
- Ampliar a frota do SAMU e modernizar este serviço, diminuindo o tempo de resposta;
- Manter diálogo aberto com os hospitais filantrópicos, assegurando assento à FEDERASE em eventual situação de crise na saúde, visando melhorar a integração e a coordenação das ações e dos serviços.
- Melhorar a implementação dos programas de imunização da população, não deixando faltar vacinas e garantindo que a cobertura de imunização seja a maior possível:
- Implantar o Programa Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Promover a prevenção da gravidez na adolescência;
- Criar o programa de humanização de parto e combate à violência obstétrica;
- Fortalecer e ampliar a rede de Centros Especializados de Reabilitação (CER);
- Fortalecer o Controle Social e a Ouvidoria do SUS;
- Preparar o Estado para situações epidêmicas.



#### 3.3 Habitação

A questão habitacional em Sergipe é grave e o Governo do Estado precisa de um plano efetivo para lidar de maneira efetiva com esse problema. De acordo com dados da Fundação João Pinheiro, Sergipe possui mais de 81 mil famílias que não possuem um lugar para morar. Além disso, mais de 24 mil famílias sergipanas vivem em imóveis precários. E mais de 43 mil não conseguem pagar aluguel. Não podemos admitir que famílias sergipanas continuem passando por situações tão degradantes. Uma política habitacional séria, acessível e contínua precisa ser implementada com urgência.

#### **Nossos compromissos:**

- Implementar, no primeiro ano de gestão, um Programa de Construção de Polos Regionais de Moradia, visando a redução do déficit habitacional, iniciando por Lagarto e Nossa Senhora da Glória;
- Realizar parceria com as prefeituras para que polos regionais de moradia sejam construídos onde já haja ou seja possível haver infraestrutura de serviços públicos;
- Prover linhas de crédito para aquisição de bens essenciais para instalação da família em residência adquirida em programas habitacionais;
- Garantir o provimento de infraestrutura de competência estadual para os polos regionais de moradia;
- Criar assistência técnica gratuita de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para população de baixa renda;
- Criar, no primeiro ano de gestão, e implementar o Programa Morada Digna para a reforma de habitações precárias em parceria com construtoras, indústrias de insumos da construção civil, escolas técnicas e cursos de ensino superior;
- Realizar a regularização fundiária das áreas já urbanizadas das moradias já instaladas que contam com infraestrutura;
- Realizar a reestruturação urbana das áreas precárias em processo de regularização fundiária visando garantir o mínimo de qualidade de vida para as famílias que hoje vivem em assentamentos precários.

#### 3.4 Inclusão, Equidade e Cidadania

Um Estado que promove desenvolvimento é um Estado em que a qualidade de vida de todas as pessoas é a finalidade de todas as ações da administração. Assistir quem mais precisa no momento de maior necessidade, promover a cidadania e a inserção desses em uma vida digna dando, sem discriminação de cor, gênero e orientação, igualdade de oportunidade de desenvolvimento social e econômico é essencial para construirmos um Estado mais justo.



A pandemia da COVID-19 exacerbou as desigualdades sociais e ampliou a necessidade de se promover a inclusão social dos sergipanos com equidade, mitigando a pobreza e a extrema pobreza. Se faz também necessário proteger os grupos vulneráveis com foco no desenvolvimento da primeira infância e no combate a todo o tipo de discriminação promovendo a cidadania em todas as ações.

As pessoas devem ser o foco da ação pública. Os direitos fundamentais que garantem a promoção da vida digna, a igualdade de oportunidades e a proteção aos vulneráveis são as lentes pelas quais a prefeitura vai enxergar o seu povo e executar suas ações. Não existe Estado próspero, quando há crianças em situação de vulnerabilidade e mulheres sofrendo violência doméstica, assim como não há desenvolvimento econômico, enquanto famílias não possuem alimento e teto. A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca e indissociável de todo e qualquer ser humano, por isso nossa administração considerará a qualidade de vida das pessoas e a justiça social como finalidade de todas as ações do executivo estadual.

- Promover a igualdade e equidade entre as pessoas;
- Criar a Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência;
- Promover acessibilidade arquitetônica;
- Ampliar o acesso e qualificar o atendimento nas áreas sociais;
- Realizar, no primeiro semestre de gestão, estudos para zerar o ICMS dos produtos que compõem a cesta básica;
- Desenvolver medidas que viabilizem uma renda mínima para a população em situação de pobreza extrema;
- Ampliar o cofinanciamento Estadual para fortalecimento e ampliação do SUAS;
- Ampliar a contratação de profissionais da rede de serviços de assistência social com concursos públicos sequenciados;
- Implantar, no primeiro ano de gestão, o Centro de Referência de Atenção à
  População LGBTQIAP+ em articulação com as instituições não governamentais já
  existentes, criando uma rede de apoio direto;
- Implantar, no primeiro ano de gestão, o Centro de Referência de Atenção à Mulher;
- Implantar, no primeiro ano de gestão, o Centro de Referência da Juventude;
- Criar, no primeiro ano de gestão, o Programa Estadual de Combate ao Estupro integrando educação, assistência social, segurança pública e saúde;
- Ampliar a rede de proteção às vítimas de violência sexual;
- Fomentar programas de ressocialização do homem agressor;
- Formar e ampliar as equipes dos abrigos para crianças e jovens com a contratação de profissionais especializados através de concurso público;
- Reorganizar, no primeiro trimestre de gestão, os abrigos de acordo com a faixa etária das crianças e dos jovens;
- Implantar, no primeiro trimestre de gestão, o Serviço de Proteção e Atendimento integral à família;
- Ampliar a rede de Abrigos para Mulheres, garantindo a sua regionalização;



- Ampliar a rede de serviços próprios e credenciada de atenção às pessoas com deficiência;
- Fortalecer as Unidades de Acolhimento e Consultórios de Rua e fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);
- Ampliar a rede de Casas de Passagem para pessoas em situação de rua garantindo a sua regionalização;
- Criar e monitorar o Mapa da Exclusão Social, programa que visa identificar e situar geograficamente as comunidades mais carentes do Estado para a focalização de políticas públicas;
- Implementar o Sistema de Monitoramento da Assistência Social;
- Ampliar unidades dos CRAS e CREAS em parceria com as prefeituras;
- Ampliar o programa de transferência de renda de acordo com os indicadores de extrema pobreza do Estado;
- Ampliar e regionalizar a rede de Restaurantes Populares Padre Pedro;
- Potencializar os restaurantes populares comprando insumos de agricultores sergipanos, preferencialmente da agricultura familiar, bem como dando a destinação correta dos resíduos orgânicos;
- Orientar a Secretaria de Estado da Assistência Social para atuar na compra de produtos direto do pequeno produtor e da agricultura familiar, destinando esses produtos para as famílias em situação de vulnerabilidade social, gerando renda para o pequeno produtor e garantindo alimento de qualidade para essas famílias;
- Ampliar a distribuição de cestas básicas de acordo com os indicadores de pobreza do Estado;
- Criar, no primeiro ano de gestão, casas regionalizadas de permanência para idosos;
- Criar, no primeiro ano de gestão, e implementar o Programa Primeiros Passos de cuidado integral para a primeira infância, em colaboração com a secretaria de saúde e a secretaria de educação;
- Fortalecer e ampliar os programas de apoio à portadores de HIV.

### 3.5 Segurança Pública

O aumento generalizado da violência demanda um plano integrado de prevenção. Para que isso ocorra é necessário compreender as problemáticas que desencadeiam cenários de violência levando em consideração fatores como a presença do crime organizado e do tráfico de drogas, a violência ligada ao patrimônio, a violência interpessoal, conflitos na sociedade civil e a violência cometida e sofrida por agentes policiais. É essencial promover a integração dos setores da segurança pública e a implementação de ações estruturantes para que Sergipe deixe de figurar entre os estados mais violentos do país.



#### **Nossos compromissos:**

- **Promover a cultura de paz**, a convivência social, pacífica e cidadã;
- Ampliar a integração com instituições responsáveis pela segurança;
- Valorizar e fortalecer a atuação das Polícias estaduais;
- Ampliar a contratação dos profissionais da segurança pública com concursos públicos sequenciados;
- Fortalecer a polícia preventiva;
- Estimular o **fortalecimento das guardas municipais** através do fornecimento de equipamentos e infraestrutura;
- Promover a formação e qualificação dos profissionais da segurança pública para o atendimento às populações vulnerabilizadas;
- Reduzir as taxas de homicídios de crianças, jovens e mulheres vítimas de feminicídio;
- Implementar, no primeiro semestre de gestão, o Observatório da Violência destinado à coleta de informações, diagnóstico e planejamento das ações do Governo do Estado no setor;
- Implantar, ao longo dos dois primeiros anos de gestão, Programa de Videomonitoramento no estado com integração com os sistemas já existentes (SMTT/PM - CIOSP - SISFron);
- Reestruturar e fortalecer o Gabinete Estadual de Gestão Integrada da Segurança;
- Desenvolver, no primeiro semestre de gestão Programa Mulher sem Violência;
- Implantar, no primeiro semestre de gestão, o uso de câmeras nos fardamentos policiais;
- Fortalecer postos da Polícia Rodoviária Federal e Estadual;
- Realizar, no primeiro semestre de gestão, um diagnóstico acerca da infraestrutura das delegacias e a partir do mesmo executar um plano de melhorias e manutenção;
- Criar programa de capacitação de Libras para atuação policial;
- Ampliar a oferta dos programas de ensino à prevenção às drogas, sobretudo aos jovens, nas instituições de ensino, objetivando a conscientização do jovem e do adolescente acerca das drogas e seus malefícios.

#### **3.6 Esporte e Lazer**

O esporte é direito constitucional garantido e a elaboração de políticas públicas para o setor, além de significar qualidade de vida para os sergipanos, pode significar oportunidade de mudança de trajetórias de vida. Nosso Estado não oportuniza a prática esportiva e o lazer, temos quase todas as praças de nossa cidade em condição de abandono e degradação e o que serviria para o convívio da comunidade, hoje, é motivo de insegurança



#### **Nossos compromissos:**

- Criar, no primeiro ano de gestão, a Lei de incentivo ao esporte em Sergipe visando a possibilidade de incentivo fiscal para fomentar projetos de caráter esportivo e paradesportivo, mediante o patrocínio e doação de contribuintes do ICMS;
- Lançar edital anual de apoio ao esportista com foco no financiamento de passagens/transporte e alimentação para competições;
- Lançar edital anual de bolsas mensais para jovens esportistas;
- Criar e ampliar centros esportivos públicos diversos e localizados em todas as regiões do estado, possibilitando o acesso universal aos espaços de esporte;
- Implementar programas de esporte paralímpico em escolas e Centros Esportivos;
- Reforma do espaço de skate (skatepark) da Orla de Atalaia com para estímulo da modalidade de forma profissional ou não com pista do formato bowl, para skatistas avançados e complexo de pistas para street skate (pista de rua);
- Criar, no primeiro ano de gestão, o **Conselho de Projetos Esportivos e Paradesportivos.**

#### 3.7 Proteção Animal

Assim como os direitos fundamentais da pessoa humana se desenvolveram ao longo do tempo, a percepção dos animais como seres possuidores de direitos e alvo do poder público para a sua proteção e garantia do seu bem-estar também vêm se ampliando ao longo dos anos. Por isso, é imperativo que o estado assuma a sua responsabilidade como condutor de ações que garantam a proteção da fauna seja ela doméstica ou selvagem, promovendo o bem-estar dos animais e da população reduzindo índices de zoonoses e acidentes.

- Criar, no primeiro ano de gestão, dentro da estrutura pública de Sustentabilidade a Secretaria Especial de Defesa Animal, órgão este responsável por ações intersetoriais e de coordenação com os municípios na promoção da proteção e bem-estar animal;
- Coordenar com os municípios ações de manejo humanitário de animais domiciliados e em situação de rua, por meio da realização do censo animal, da castração, microchipagem e sempre que necessário campanhas de adoção e posse responsável;
- Garantir o funcionamento de um hospital veterinário público em convênio com as universidades para realizar atendimento médico para os animais da clínica geral, às especialidades;
- Intensificar as ações de combate aos maus-tratos por meio de parceria com a Delegacia de Proteção Animal em especial com ações preventivas;
- Criar um programa permanente de Educação para o respeito a toda forma de vida em parceria com a Secretaria de Educação.